



TRABALHADORES DAS MISERICÓRDIAS



A Comissão Negociadora Sindical (CNS) apresentou no início de Fevereiro, à União das Misericórdias Portuguesas (UMP), a sua proposta de revisão do Contrato Colectivo de Trabalho (CCT), para 2025.

A proposta dos Sindicatos reivindica aumentos justos da Tabela Salarial e restantes remunerações, mas também a melhoria das condições laborais, com a actualização do clausulado e as 35 horas semanais para todos.

A UMP foi adiando a resposta à proposta da CNS, alegando que o governo ainda não tinha assinado o “Compromisso de Cooperação para 2025-2026, com o Sector Social e Solidário”.

O **governo** assinou o Acordo de Compromisso de Cooperação com o Sector Social Solidário em finais de Fevereiro, o qual teve um reforço de financiamento público. Tendo a Sra Ministra referido que este foi **“o maior aumento de sempre nas comparticipações do Estado para este sector... sendo que o Estado vai transferir para as instituições sociais 220 milhões em 2025...valor que contrasta com os 61,5 milhões de euros que foram transferidos em 2024”**

Apesar da quase quadruplicação de verbas transferidas pelo governo, a UMP apresentou no início de Junho, propostas irrisórias e vergonhosas, de actualização de cerca de 4€ em algumas das tabelas salariais, e sem qualquer proposta relativamente ao clausulado.

Na reunião negocial de 25 de Junho, os Sindicatos expressaram a sua perplexidade e indignação perante valores tão irrisórios.

A UMP ficou então de nos enviar nova proposta, que nos chegou no dia 2 de Julho, onde não apresentou qualquer aumento para os níveis salariais mais baixos e de “meia dúzia” de euros para outros níveis, muito aquém da justa valorização salarial.

Inexplicavelmente e não obstante o compromisso assumido mais que uma vez, a UMP ainda não respondeu às propostas que a FENPROF apresentou relativamente às tabelas salariais, ao desbloqueamento da carreira dos educadores de infância em creche e ao clausulado do CCT.

Inaceitável esta postura da UMP, num quadro de elevado reforço de verbas atribuído pelo governo, com a obrigatoriedade de valorização das remunerações dos trabalhadores, que não está a ser cumprido.

Para as próximas reuniões negociais exigimos que a UMP evolua na sua posição e cumpra as justas exigências dos Trabalhadores:

A ACTUALIZAÇÃO DAS TABELAS SALARIAIS, COM REMUNERAÇÕES JUSTAS

CARREIRAS PROFISSIONAIS DEVIDAMENTE REGULADAS E DIGNIFICADAS

35 HORAS SEMANAIS PARA TODOS

MELHORES CONDIÇÕES DE TRABALHO

**PARTICIPA NAS ACÇÕES DE LUTA
QUE POSSAMOS VIR A CONVOCAR!**

Contacta o teu Sindicato!

Julho/2025